

LUÍS, Maria dos Anjos Fernandes

*Vivências religiosas e comportamentos sociais:  
Visitas Pastorais ao concelho da Lourinhã nos séculos XVII e XVIII*

Lourinhã: Câmara Municipal, 2014. 229 p. ISBN: 978-989-95787-6-0

J O ã O M A R T I N S

A obra de Maria dos Anjos Fernandes Luís, *Vivências religiosas e comportamentos sociais: Visitas Pastorais ao concelho da Lourinhã nos séculos XVII e XVIII*, remete-nos para a importância do estudo da História Local no âmbito das dinâmicas sociais e religiosas. Na sua investigação, a autora explorou amplamente os instrumentos documentais disponíveis para fazer um retrato do concelho da Lourinhã no período mencionado. Num contexto cronológico onde prevalecia o disciplinamento social com as suas dimensões pedagógicas e coercivas, promovidas pela esfera política e religiosa, é possível perceber o funcionamento das estruturas institucionais e mentais de então. Configura, por outro lado, um contributo para o património intelectual da Lourinhã e uma abordagem para o estudo das sociabilidades aliadas às vivências religiosas neste período.

A presente obra encontra-se dividida em quatro capítulos. O primeiro capítulo convida-nos para uma panorâmica da rede paroquial da Lourinhã no Antigo Regime. Em primeiro lugar, a autora procede a um breve retrato que engloba a génese, as características físicas, demográficas e económicas do povoamento da Lourinhã desde a conquista de Santarém e Lisboa aos mouros, até ao numeramento de 1527. Nesta sequência, Maria dos Anjos Luís centra-se no desenvolvimento da única paróquia existente na Lourinhã até meados do século XVI, destacando a fundação de uma comenda da Ordem de Cristo durante o reinado de Dom Manuel, fazendo o seu percurso até ao século XIX, mais precisamente ao momento da extinção das ordens religiosas masculinas e militares em 1834. Outra temática estudada, prende-se com o funcionamento da Colegiada na Lourinhã durante os séculos XVII e XVIII, onde se explica como eram efetuadas as nomeações e quais as tarefas de cada função na Colegiada. Ainda neste primeiro capítulo, a Autora dá conta da fundação de duas novas freguesias em meados do século XVI, facto justificado seja pelas transformações tridentinas que valorizaram as funções das paróquias, seja pelo crescimento populacional verificado naquela época.

O Concílio de Trento teve como objetivo imprimir uma mudança estruturante na Igreja e procurar uma resposta para a difusão do Protestantismo na Europa. Impunha-se uma alteração do comportamento dos eclesiásticos tal como o incremento de novas formas de evangelização. Foi nesta época que foram reformadas as Ordens já existentes e outras criadas, como os Jesuítas. Portugal não constituiu exceção neste novo paradigma de Igreja. Tal é a temática analisada pela Autora no segundo capítulo, como contextualização para as problemáticas que figuram na centralidade da sua investigação e que se encontram no capítulo seguinte, denominado: *Ordenar e disciplinar: Visitas Pastorais e Inquisição*. As Visitas Pastorais remontam aos primórdios da Igreja, onde se destacava o papel do bispo como agente pastoral junto das populações. O Concílio de Trento veio renovar esta tradição, após o declínio desta prática durante a Baixa Idade Média, devido à deterioração da autoridade dos bispos em detrimento de outras instituições. A

---

Autora funda a sua explanação pela *especificidade das visitas portuguesas* – no carácter judicial da devassa – no renovado enquadramento concedido às Visitas Pastorais. Do séc. XVI perdurava a notícia de visitas na Lourinhã; no entanto os registos documentais sobre tal prática reportam apenas para os séculos XVII e XVIII. O terceiro capítulo ocupa-se da caracterização das visitas neste Concelho, sua periodicidade, preparação e etapas respetivas. Salienta-se, em particular, a diferenciação entre Visita Espiritual e Temporal: a primeira, consistente com a dimensão do sagrado, dos espaços de culto e dos seus agentes. Passava pela verificação das alfaias, dos objetos que ornamentavam as igrejas, dos livros de batismos, casamentos e óbitos; ou ainda pelas licenças dos sacerdotes, só para citar alguns exemplos. A segunda, Visita Temporal, fundava-se na avaliação das condutas assumidas pelos fregueses, uma competência pelo bispo ou seus representantes.

Ao entrar concretamente no estudo das Visitas Pastorais, ocorridas no Concelho da Lourinhã, a autora adotou uma metodologia assente na análise temática das diferentes fases dos capítulos das visitas. Esta opção permite um acompanhamento cronológico de cada problema levantado e compreender o carácter (i)mutável de tais procedimentos, tanto das denominadas visitas espirituais como temporais.

Nesta investigação, a autora apresenta-nos ainda referências aos aspetos contabilísticos das visitas. Introduz-nos, por outro lado o conceito de “pecados públicos”, respeitantes quer ao clero quer aos leigos, explicando a sua dimensão pública intrínseca; mas também os procedimentos adotados caso o pecado permanecesse no foro estritamente individual, resolvido através da confissão e da resultante penitência.

Esta obra identifica também diversos processos do Santo Ofício levantados contra pessoas residentes no Concelho da Lourinhã e um capítulo subordinado à dimensão pedagógica do catecismo de então, explorando a natureza da pregação, das missões ao interior, da Confissão e das devoções praticadas na Lourinhã. Trata-se de um trabalho apoiado em acervo documental variado, complementado por estudos desenvolvidos nas áreas geográficas e temáticas afins ao objeto de estudo e apoiado por quadros, gráficos e imagens que facilitam a apreensão do conteúdo textual.